



**RELATÓRIO DA 5ª EDIÇÃO DO  
PROJETO MPF NAS COMUNIDADES AMAZÔNICAS  
("MPF NA COMUNIDADE")**

**BARCELOS/AM**

**Manaus, dezembro de 2013**



**RELATÓRIO DA 5ª EDIÇÃO DO  
PROJETO MPF NAS COMUNIDADES AMAZÔNICAS  
BARCELOS/AM**



**Manaus, dezembro de 2013**

**Ministério Público Federal no Amazonas**

Avenida André Araújo, 358, Aleixo

Manaus – Amazonas

69060-000

Endereço eletrônico: <http://www.pram.mpf.gov.br>

Telefone: (92) 2129-4700

## SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO .....	6
2 O MUNICÍPIO DE BARCELOS .....	8
2.1 CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO.....	9
2.2 ATIVIDADES ECONÔMICAS .....	11
2.3 TERRAS INDÍGENAS .....	12
3 DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	13
3.1 VISITA PRÉVIA.....	13
3.2 REUNIÕES .....	14
3.3 DILIGÊNCIAS E INSPEÇÕES.....	20
3.4 PALESTRAS E TURMINHA DO MPF .....	21
3.5 OFÍCIOS EXPEDIDOS.....	23
3.6 RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS .....	24
3.7 DADOS ESTATÍSTICOS .....	25
3.8 DOS RELATÓRIOS PRODUZIDOS .....	28
4 SUGESTÕES DE APERFEIÇOAMENTOS DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS ....	29
5 CONCLUSÃO .....	33
AGRADECIMENTOS .....	34

## 1 APRESENTAÇÃO

O Projeto “MPF nas Comunidades Amazônicas” (MPF na Comunidade), instituído pela Procuradoria da República no Amazonas em agosto de 2012, é regulado pela Portaria PR/AM nº 49, de 07 de Maio de 2013.

O projeto alinha-se ao Painel de Contribuição elaborado pela Procuradoria da República no Amazonas, como parte integrante do Planejamento Estratégico instituído pela Procuradoria Geral da República<sup>1</sup>.

São alguns dos seus fundamentos a criação de vínculos sociais e institucionais com a comunidade, a promoção da cidadania mediante atividades educativas relacionadas às atribuições dos Membros do MPF, a criação de canais de comunicação com as comunidades situadas na Amazônia, a capacitação das lideranças das comunidades - com a ampliação do número de interlocutores e o incremento dos respectivos canais de comunicação com a instituição - e a identificação de novas demandas reprimidas a serem objeto de atuação do MPF na comunidade atendida pelo projeto.

De igual importância, outros fundamentos ao projeto foram estabelecidos no art. 2º da Portaria PR/AM n. 49, de 07 de maio de 2013: instrução de peças de informações, inquéritos civis públicos, procedimentos preparatórios criminais já em trâmite, com diligências *in loco*, com o apoio das respectivas Câmaras de Coordenação e Revisão da Procuradoria-Geral da República, quando for o caso; promoção da instituição por meio de esclarecimento à comunidade atingida pelo projeto sobre o papel do MPF.

Iniciado em 2012, com a primeira edição realizada no município de São Gabriel da Cachoeira, e posteriormente nos municípios de Humaitá, Lábrea e Tefé, esta é a sua 5ª Edição, no município de Barcelos/AM, efetivada no período de 08 a 12 de dezembro de 2013.

Este relatório tem por escopo descrever as atividades desenvolvidas, ao tempo em que propõe mecanismos de aperfeiçoamento ao projeto mediante a apresentação da experiência

---

<sup>1</sup> O projeto foi inserido na perspectiva *Sociedade*, com objetivo estratégico *Aproximação com o cidadão*. Há a perspectiva de *promover e intensificar a atuação do MPF junto à população do Amazonas*.

derivada dessa edição.

Além disso, pretende apresentar as características dos Municípios do Estado do Amazonas, os quais, embora possuam baixa densidade demográfica, carregam uma complexidade singular, dada a sua vasta extensão e a necessidade de proteção de bens jurídicos cujos interesses incumbe ao Ministério Público Federal defender, como no caso das terras indígenas e do meio ambiente.

## 2 O MUNICÍPIO DE BARCELOS

O local onde se situa hoje o Município de Barcelos<sup>2</sup> aldeia dos indígenas Manaós. Em 1728, Frei Matias São Boaventura instalou a Missão de Nossa Senhora de Mariuá.

Erguida a capela de palha, que tomou o nome de Nossa Senhora da Conceição, os carmelitas passaram à construção de um hospital e, em seguida, de um colégio. A missão estendeu a catequese às tribos Barés, Banibás, Passes e Uerequenas, constituindo núcleo de cerca de dois mil indivíduos. Frei José de Madalena, substituto de Frei Matias, orientou, em 1739, a construção da Capela de São Caetano e, em 1744, a de Nossa Senhora Santana.

No ano seguinte, chegou a Mariuá o Capitão-General Francisco Xavier de Mendonça Furtado para dar cumprimento ao tratado de limites entre Portugal e Espanha. Construíram-se pontes e aterros. Abriam-se ruas e uma praça, onde foi levantado prédio, pelo engenheiro Felipe Sturim, para residência do demarcador espanhol. O "palácio das demarcações" e a "casa de espera" também foram construídos nesse período. A população já havia chegado a três mil habitantes quando, a 13 de abril de 1755, foi criada a Vigararia-Geral.

O Município, com o nome de Barcelos, foi criado em 6 de maio de 1758, ao tornar-se sede da antiga capitania de São José do Rio Negro, atual Estado do Amazonas.

Permaneceu como capital até 1791, quando a sede da Capitania se transferiu para o lugar da Barra, atual cidade de Manaus.

Em 1833, recebeu a antiga denominação de Mariuá, até que, por força da Lei n° 33, de 4 de novembro de 1892, passou à atual denominação. A comarca de Barcelos foi criada pela Lei de 30 de abril de 1876. O Ato estadual n° 45, de 28 de novembro de 1930, suprimiu o município, sendo restaurado em 14 de setembro de 1931 (Ato estadual n° 33 ou 959).

O Decreto-lei estadual n° 68, de 31 de março de 1938, concedeu à sede do Município foros de cidade. Compõe-se de 3 distritos: Barcelos (sede), Carvoeiro e Moura.

---

<sup>2</sup> Fonte: IBGE. Informações obtidas no seguinte endereço eletrônico:  
<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=130040&search=amazonas|barcelos|infograficos:-historico>



## 2.1) CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO

O Município de Barcelos situa-se no Estado do Amazonas na região chamada de Médio Rio Negro e foi a primeira capital do Estado. A sede municipal situa-se na margem direita do Rio Negro e dista da capital do estado do Amazonas (Manaus) 390 Km em linha reta e 490 Km por via fluvial. Limita-se a leste com o Estado de Roraima, a oeste com o Município de Santa Isabel do Rio Negro, ao norte com a República da Venezuela e ao sul com os municípios de Marã e Codajás e a sudeste com o município de Novo Airão. É o maior município do Amazonas (121.617 Km<sup>2</sup>) e o segundo do Brasil (o primeiro é Altamira, no Pará).

Segundo as categorias de autoidentificação étnica do censo do IBGE de 2010, a população de Barcelos apontou: 32,5% indígena; 52,8% parda; 9,8% branco; 4% preta e o restante amarela.

O Município possui 25.718 habitantes (IBGE, 2010) e nele se encontram 01 (um) rio federal (Rio Negro), 02 (duas) terras indígenas e 04 (quatro) Unidades de Conservação Federal, a saber:

Município	Unidades de Conservação	Extensão da Área Protegida que incide em território municipal de Barcelos (em hectares)	%
BARCELOS	PARNA do Jaú	1.156.475	48,59
	RESEX do Unini	850.712,87	6,91
	FLONA do Amazonas	1.502.767	81,22
	MOS do Baixo Rio Negro	3.111.298	42,15

O **Parque Nacional do Jaú (PARNA Jaú)**<sup>3</sup> foi criado através do Decreto-lei nº 85.200 de 24 de setembro de 1980 e é uma das unidades de conservação mais extensas do Brasil. Localizado entre os municípios de Barcelos e Novo Airão, possui mais de 2,2 milhões de hectares. Foi declarado pela UNESCO como Patrimônio Natural da Humanidade em 2003 e possui em sua área o quilombo do Tambor, onde residem 13 famílias, com 87 pessoas no total, ocupando parte de uma área de 700 mil hectares.

<sup>3</sup> Fonte: Instituto Socioambiental – ISA. Informações obtidas no seguinte endereço eletrônico: <http://uc.socioambiental.org/uc/3569>

Fica a aproximadamente 220 quilômetros a noroeste de Manaus, nas bacias do rio Jaú, entre os rios Unini e Carabinani, na margem direita do Rio Negro. Sua denominação deriva de um dos maiores peixes brasileiros, o Jaú, que também cede seu nome ao principal rio do Parque. Uma das peculiaridades mais extraordinárias do Parque Nacional do Jaú é o fato de ser esta a única Unidade de Conservação do Brasil que protege totalmente a bacia de um rio extenso (aproximadamente 450 km) e volumoso (rio Jaú) preservando ecossistemas de águas pretas.

Os pesquisadores têm encontrado uma rica fauna no PARNA Jaú, comparável a várias Unidades de Conservação da Amazônia. A maior parte da área é formada por terras devolutas do Estado do Amazonas. Sob domínio privado, há cerca de 40 mil hectares, que representam 1,76% da extensão do parque. Há ainda terras de apossamento de populações tradicionais.

A **Reserva Extrativista do Rio Unini (RESEX Unini)**<sup>4</sup> é uma unidade de conservação federal criada por Decreto Presencial em 21 de junho de 2006 e possui uma extensão de 833.352 hectares.

Localizada a 500 km de Manaus/AM, na região da Amazônia Central, atende cerca de 200 famílias que garantem o manejo sustentado de seus principais meios de vida que é o extrativismo da castanha do Brasil, do cipó títica e da pesca. É a primeira reserva extrativista do Rio Negro e a sua criação é fruto de reivindicação de seis anos da Associação de Moradores do Rio Unini (AMORU).

A Reserva Extrativista é utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

A **Floresta Nacional do Amazonas (FLONA Amazonas)**<sup>5</sup> é uma unidade de conservação federal sobreposta a uma área da Terra Indígena Yanomami. Foi criada pelo Decreto-lei nº 97.546 de 1º de março de 1989 e possui área de 1.573.100 hectares. Está

---

4 Fonte: Instituto Socioambiental – ISA. Informações obtidas no seguinte endereço eletrônico: <http://uc.socioambiental.org/uc/5730>

5 Fonte: Instituto Socioambiental – ISA. Informações obtidas no seguinte endereço eletrônico: <http://uc.socioambiental.org/uc/463>

localizada entre os municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro, no norte do Amazonas.

O **Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro (MOS Baixo Rio Negro)**<sup>6</sup> está em processo de reconhecimento e insere-se na Reserva da Biosfera e no Corredor Ecológico da Amazônia Central. Criado em 2010, por meio da Portaria de Reconhecimento nº 483 de 14 de dezembro de 2010, possui uma área de 7.329.220 hectares.

O mosaico é uma área com importante biodiversidade e sociodiversidade. A região tem cerca de 80 comunidades, formadas por ribeirinhos e indígenas das etnias Kambeba, Baré, Tukano, Saterê-Maue, karapanã e Desano. Estas vivem da agricultura e do extrativismo florestal, principalmente madeireiro, e buscam se envolver em atividades ligadas ao turismo e venda de artesanato.

Possui como rio federal o **Rio Negro**<sup>7</sup>, que, como todos os rios de águas pretas da Amazônia Central, tem sua origem no Platô das Guianas. Está entre os maiores rios do mundo e seu comprimento das cabeceiras na Colômbia pré-andina até sua foz é de 1.700 km e a área de sua bacia abrange 750.000 km<sup>2</sup>. A descarga média é de 44.000 m<sup>3</sup>/seg contribuindo com 15% da água que o Amazonas lança no oceano Atlântico.

## 2.2) ATIVIDADES ECONÔMICAS

O rio Negro é a única região do Brasil onde existem piaçabais<sup>8</sup> nativos. As fibras de piaçaba constituíram matéria-prima para a confecção de cordas para as embarcações que trafegavam na bacia amazônica desde o período colonial. Nos anos 1960, foram substituídas pelas cordas fabricadas com nylon. Hoje a piaçaba continua sendo utilizada na fabricação de vassouras, apesar da crescente utilização a partir dos anos 1950 e 1960 de materiais sintéticos nesta indústria.

Outra atividade econômica diz respeito à extração de peixes ornamentais. A captura de peixes ornamentais se iniciou com o a comercialização do cardinal nos anos 60. A primeira

---

6 Fonte: Instituto Socioambiental – ISA. Informações obtidas no seguinte endereço eletrônico: <http://uc.socioambiental.org/uc/338>

7 Fonte: SOBREIRO, T. Territórios e Conflitos nas Pescarias do Médio Rio Negro (Barcelos, Amazonas, Brasil). 24 p. Manaus: INPA, 2007.

8 Piaçaba (ou piaçaba): palmeira produtora de fibra longa, resistente, rígida, lisa, de textura impermeável e de alta flexibilidade, geralmente utilizada para a confecção de vassouras.

pescaria de peixe ornamental foi estabelecida no rio Itu, na margem esquerda do rio Negro e depois se estendeu para o rio Jufaris seguido pelo rio Quiuni, Paraná do Atauí (perto da foz do rio Preto), igarapés da margem esquerda do rio Negro próximos a Barcelos e tributários do Negro perto de Santa Isabel do rio Negro. Em 1964 já existiam seis firmas exportando peixe ornamental e esta atividade alcançou Santa Isabel.

A pesca esportiva é uma atividade relativamente recente na região e vem crescendo a cada ano. Em relação a outras regiões amazônicas, Barcelos se destaca nesse segmento. A maioria dos pescadores que visita a região é não residente, principalmente estrangeiros e praticantes do “pesca e solta”. A espécie-alvo destes pescadores é o tucunaré e a temporada ocorre de setembro a março recebendo semanalmente grupos de dez a quinze pessoas (IPAAM, 2001).

### 2.3) TERRAS INDÍGENAS

Terra Indígena	Grupo Indígena	Município	UF	Área	Situação/ Etapa
Médio Rio Negro II	?	Barcelos	AM		Em estudo
Yanomami	Yanomami	Alto Alegre, Barcelos, Boa Vista, Caracará, Mucajá, Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira	AM/ RR	9.664.975 ha	Regularizada/ Certidão SPU

A **Terra Indígena Médio Rio Negro II**<sup>9</sup> é um território indígena pertencente ao município de Barcelos, não pertencente à faixa de fronteira e cuja atual situação jurídica está em fase de identificação.

A **Terra Indígena Yanomami**<sup>10</sup> possui 9,6 milhões de hectares e ocupa uma parte do território dos Estados de Roraima (maior) e do Amazonas. Foi demarcada em 1992, por ocasião da ECO 92, e homologada através de Decreto-lei s/n de 25 de maio de 1992.

9 Fonte: Instituto Socioambiental – ISA. Informações obtidas no seguinte endereço eletrônico: <http://ti.socioambiental.org/pt-br/#!/pt-br/terras-indigenas/4809>

10 Fontes: Instituto Socioambiental – ISA e SECOYA. Informações obtidas nos seguintes endereços eletrônicos: <http://ti.socioambiental.org/pt-br/#!/pt-br/terras-indigenas/4809> e [http://www.secoya.org.br/index.php?option=com\\_content&view=section&id=5&Itemid=9](http://www.secoya.org.br/index.php?option=com_content&view=section&id=5&Itemid=9)

O povo Yanomami habita a região da fronteira Brasil/Venezuela. Conta-se no território da Venezuela cerca de 14 mil pessoas e mais de 12 mil no território brasileiro. Destas, 5 mil moram na região do Médio Rio Negro, estado do Amazonas.

Este povo seminômade possui uma língua e cultura própria. Os meios de subsistência são extraídos da floresta e do rio: caça, pesca e agricultura de subsistência, além da coleta de frutas.

Há uma aldeia dentro da terra indígena yanomami, chamada Komixi Pywei, que fica localizada no Rio Jutaí, afluente secundário do Rio Demini, situado no Município de Barcelos/AM, a 500 km da cidade de Manaus. O acesso é feito por vias fluviais, usando quatro rios: Rio Negro, Rio Demini, Rio Alalaô e Rio Jutaí. A população estimada nesta aldeia é de 270 pessoas.

### **3 DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

#### **3.1) VISITA PRÉVIA**

No período de 01/12 a 03/12/2013, os servidores Octávio Augusto Carvalho Paixão e Patrícia Silva de Oliveira estiveram no município de Barcelos/AM para agendamento de reuniões e divulgação do projeto “MPF na Comunidade” no município.

Durante a estada em Barcelos, os servidores colaram 40 cartazes em pontos estratégicos, concederam entrevistas na rádio Rio Negro, utilizaram radiofonia para convidar as comunidades da zona rural para estarem na sede do município durante a edição do projeto, fizeram convite à população na reunião de pais da Escola Estadual São Francisco de Salles e convite diário em todas as missas da paróquia de Imaculada Conceição.

Os servidores providenciaram toda a parte logística, de divulgação e agendamento de reuniões para a edição que ocorreria uma semana após a visita prévia, tais como: aluguel de carro, hospedagem, aluguel de lancha (voadeira) para diligência na zona rural, locais para fazer as refeições, levantamento de locais para a realização de inspeções e de escolas para ser realizada a palestra da Turminha do MPF.

Os servidores, ainda, entregaram ofícios expedidos pelo 1º Ofício Cível nas zonas urbana e rural. Retornaram para Manaus no dia 03/12/2013 à noite, por via fluvial, em lancha rápida. A viagem durou 12 horas.

## 3.2) REUNIÕES

### 3.2.1) DOMINGO – 08/12/13

A equipe responsável pela execução da 5ª edição do projeto, composta dos Procuradores da República Jorge Luiz Ribeiro de Medeiros, Julio José Araujo Junior, Juliana de Azevedo Santa Rosa Câmara e Tatiana Almeida de Andrade Dornelles e dos servidores Elizabeth Carvalho dos Santos, Mark Jackson de Sousa Vasconcelos, Octávio Augusto Carvalho Paixão, Patrícia Silva de Oliveira e Raphael Henrique Cortezão chegou a Barcelos às 07h10 do dia 08/12/13 e seguiu às 09h30 em uma lancha em direção à Comunidade Romão, localizada no Rio Aracá, afluente da margem esquerda do Rio Negro, e distante 3h da sede do município. Em Romão houve reunião com representantes de comunidades indígenas do Rio Aracá, da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e da Associação de Indígenas de Barcelos (ASIBA).



*Ilustração 1: Reunião realizada na Comunidade Romão*

Os Procuradores da República se apresentaram, descreveram as atuações dos ofícios em que trabalham e disseram que a intenção da visita era estreitar os laços do MPF com a comunidade Romão e as demais que se faziam presentes, e aquele momento era propício para promover diálogo e unir esforços. Relataram que o projeto “MPF na Comunidade” teve início



há um ano em São Gabriel da Cachoeira/AM e que aquela reunião era a primeira atividade da 5ª edição do projeto.

Os representantes das comunidades reportaram dificuldades oriundas dos impactos do turismo de pesca esportiva e comercial na região de Barcelos/Médio Rio Negro, como a dificuldade de obter alimentação por conta da escassez de peixes. Informaram ainda, que a pesca esportiva desrespeita os costumes das comunidades e que a Secretaria de Turismo recebe taxas dos barcos de pesca, mas que os recursos não são repassados como benfeitorias para as comunidades.

Alguns comunitários, que trabalham na extração de piaçaba, comentaram sobre as condições de trabalho nos piaçabais. Outros relataram problemas relacionados à educação, como falta de merenda e material escolar. Mostraram-se preocupados sobre a demarcação de terras indígenas na região sob a alegação de o poder público local não possuir política favorável à demarcação.

Houve atendimento individual na comunidade, resultando em 06 termos de declarações.



*Ilustração 2: Atendimento individualizado ao cidadão na Comunidade Romão*

A equipe deixou a Comunidade Romão por volta das 16h30 e chegou à sede de Barcelos às 19h30.

### 3.2.2) SEGUNDA-FEIRA – 09/12/13

Os Procuradores da República Julio Araujo e Tatiana Dornelles participaram de reunião com a Cooperativa de Pequenos Patrões de Extração de piaçaba (COOPIAÇAMARIN) e com os comerciantes de piaçaba da região.

As Procuradoras da República Juliana Câmara e Tatiana Dornelles participaram de reunião na sede do Conselho Tutelar, com representantes de órgãos de assistência social locais e com os conselheiros tutelares, para conhecer a realidade do município quanto à exploração sexual de menores.



*Ilustração 3: Reunião na sede do Conselho Tutelar do município*

O Coordenador do Projeto Julio Araujo participou de reunião com 60 indígenas na Associação de Indígenas de Barcelos – ASIBA, onde asseverou sobre a atribuição constitucional do MPF na área indígena e da possibilidade de o órgão MPF ser cobrado caso não atue efetivamente na defesa dos povos indígenas.

À noite, no Ginásio Poliesportivo da Escola Estadual São Francisco de Salles, ocorreu o encontro de abertura do projeto com a participação de 80 pessoas entre lideranças indígenas, estudantes, vereadores, servidores públicos, agricultores, donas de casa, padres e pescadores. Na entrada do Ginásio, os Procuradores da República Jorge Medeiros, Juliana Câmara, Julio Araujo e Tatiana Dornelles apresentaram-se, explicaram o objetivo do projeto “MPF na Comunidade” e conversaram com os presentes sobre as funções do MPF.





*Ilustração 4: Encontro de abertura do projeto "MPF na Comunidade" no Ginásio Poliesportivo da Escola Estadual São Francisco de Salles*

Ressaltaram a importância da sociedade civil na concretização de direitos, apontando que os movimentos sociais e os cidadãos são os motores das transformações sociais. O MPF representa, segundo os Procuradores, um aliado nesse processo, conforme determina a Constituição.



Para esclarecer dúvidas, deram exemplos de situações práticas em que o órgão pode atuar e convidaram os presentes a se dirigirem ao atendimento ao cidadão, no Centro Pastoral da Paróquia de Imaculada Conceição, para reduzirem a termo as situações ali reportadas.

### 3.2.3) TERÇA-FEIRA – 10/12/13

O Procurador Jorge Medeiros reuniu-se com os moradores da comunidade Piloto, distante 30 minutos da sede do município, para colher depoimentos sobre as condições de trabalho na extração da piaçaba.

O Coordenador do Projeto Julio Araujo reuniu-se com representantes da Associação de Indígenas de Barcelos – ASIBA, Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN e Secretaria Municipal de Educação – SEMEC, onde trataram de assuntos referentes à falta de merenda escolar em comunidades distantes da sede de Barcelos, dificuldade de contratação de professores indígenas e ausência de política de educação indígena e de escolas indígenas em várias comunidades do município.



*Ilustração 5: Reunião para tratar de assuntos referentes à educação indígena*

No fim do dia, os Procuradores da República Jorge Medeiros, Juliana Câmara e Julio Araujo reuniram-se com os Secretários Municipais de Administração e Meio Ambiente, ocasião em que apresentaram o Projeto MPF na Comunidade e indagaram sobre a fiscalização do turismo da pesca esportiva, sobre o fundo e a sustentabilidade da atividade e sobre a atividade de extração de piaçaba.

### 3.2.4) QUARTA-FEIRA – 11/12/13

Pela manhã o Procurador da República Julio Araujo visitou as Comunidades Marará, Mariuá e Santo Antônio acompanhado do Padre Peter Shekelton da Paróquia de Imaculada Conceição.



À tarde seguiu para a sede da ASIBA para reunião com lideranças indígenas Yanomami de Barcelos, onde trataram de assuntos referentes à CASAI<sup>11</sup> Yanomami e às Aldeias Ajuricaba e Alto Remanepui. As lideranças reportaram as condições precárias da segurança e da estrutura da CASAI Yanomami.

Sobre a aldeia Ajuricaba, distante 12 horas da sede de Barcelos, relataram a falta de professores e merenda escolar, a necessidade de uma escola estadual com séries avançadas, a falta de alguns tipos de medicamentos, a falha da FUNAI na fiscalização da área e o desrespeito por parte de alguns funcionários do DSEI<sup>12</sup> Yanomami para com os indígenas.

O Procurador da República Jorge Medeiros fez visita institucional ao Comandante do Comando do 3º Batalhão de Infantaria de Selva.

---

11 CASAI – Casa de Saúde Indígena

12 DSEI – Distrito Sanitário Especial Indígena

### 3.3) DILIGÊNCIAS E INSPEÇÕES

#### 3.3.1) SEGUNDA-FEIRA – 09/12/13

Os Procuradores da República Jorge Medeiros, Juliana Câmara e Tatiana Dornelles, acompanhados de servidores fizeram inspeção na Delegacia do Município, acompanhados do Delegado de Polícia, Rudval Magno Pereira.



*Ilustração 6: Inspeção na Delegacia de Barcelos/AM*

Após, seguiram para visita de inspeção ao Hospital Geral do Município as Procuradoras da República Juliana Câmara e Tatiana Dornelles. Logo em seguida, fizeram inspeção nas dependências do aeroporto do Município, por ocasião de diligências solicitadas pelo 2º Ofício Cível.



*Ilustração 7: Vista parcial da pista do aeroporto de Barcelos/AM*



O Procurador da República Julio Araujo realizou inspeção no DSEI Barcelos e DSEI Yanomami e nas CASAIs de Barcelos e Yanomami.



*Ilustração 8: Inspeção na Casa de Saúde Indígena*

### **3.3.1) TERÇA-FEIRA – 10/12/13**

As Procuradoras da República Juliana Câmara e Tatiana Dornelles inspecionaram o lixão do município, localizado na cabeceira da pista de pouso e decolagem do aeroporto municipal. Logo após, inspecionaram a Estrada de Barcelos – Caurés, solicitação feita por moradores durante o encontro de abertura do projeto, e por fim, fizeram registro fotográfico da obra do posto do INSS.



*Ilustração 9: Inspeção na ponte da Estrada de Barcelos-Caurés*

### 3.4) TURMINHA DO MPF E PALESTRA

#### 3.4.1) TERÇA-FEIRA – 10/12/13

Os Procuradores da República Jorge Medeiros, Juliana Câmara e Tatiana Dornelles seguiram de lancha (voadeira), às 8h, para visitar uma escola rural na Comunidade Piloto, distante 30 minutos da sede do município.

As Procuradoras Juliana Câmara e Tatiana Dornelles apresentaram os personagens da Turminha do MPF para 30 alunos da escola da comunidade e explicaram de forma lúdica o que um Procurador da República faz. Ao final distribuíram gibis e marcadores de páginas aos alunos.



*Ilustração 10: Crianças da Comunidade Piloto empunham os gibis da "Turminha do MPF" após palestra das Procuradoras da República Tatiana Dornelles e Juliana Câmara*

#### 3.4.2) QUARTA-FEIRA – 11/12/13

No período da manhã, as Procuradoras da República Juliana Câmara e Tatiana Dornelles ministraram uma palestra de conscientização sobre exploração sexual na Escola Estadual Angelina Palheta Mendes, para 50 meninas na faixa etária de 12 a 17 anos. Abordaram assuntos como cuidado com bate-papos na internet, abuso e violência sexual.

No período da tarde, apresentaram os personagens da Turminha do MPF para 105 alunos da Escola Estadual São Francisco de Salles e distribuíram gibis e marcadores de páginas.

### 3.5) OFÍCIOS EXPEDIDOS

Foram expedidos e protocolizados 07 (oito) ofícios durante a 5ª edição do projeto “MPF na Comunidade” no município de Barcelos. Os ofícios tratavam dos assuntos a seguir:

Nº do Ofício	Assunto	Destinatário
001/2013/MPFC/ BARCELOS	Comprovar a regularização e pagamento quanto ao cumprimento de acordos homologados na Justiça do Trabalho Itinerante;	Prefeito do Município de Barcelos com cópia ao Secretário de Administração e ao Vice-Prefeito
002/2013/MPFC/ BARCELOS	Comprovar a regularização, quanto à informação de que pessoas que deixaram de trabalhar para a prefeitura, mas continuam vinculadas a ela.	Prefeito do Município de Barcelos com cópia ao Secretário de Administração e ao Vice-Prefeito
003/2013/MPFC/ BARCELOS	Prestar esclarecimentos de forma detalhada e com cronograma de execução, acerca da construção de poço artesiano na Comunidade Santo Antônio.	Prefeito do Município de Barcelos com cópia ao Secretário de Administração e ao Vice-Prefeito
004/2013/MPFC/ BARCELOS	Prestar informações sobre as ações de fiscalização empreendidas pelo Município referente à extração e à britagem da chamada Pedra de Moura, em Vila de Moura.	Prefeito do Município de Barcelos com cópia ao Secretário de Administração e ao Secretário de Meio Ambiente e Vice-Prefeito
006/2013/MPFC/ BARCELOS	Prestar esclarecimentos quanto às medidas adotadas pelo Município para a construção do “Centro Cultural e Esportivo Mariuá”.	Prefeito do Município de Barcelos com cópia ao Secretário de Administração e ao Secretário de Meio Ambiente e Vice-Prefeito
007/2013/MPFC/ BARCELOS	Prestar esclarecimentos quanto às medidas adotadas pelo Município para a melhoria das condições da estrada Barcelos/Caurés.	Prefeito do Município de Barcelos com cópia ao Secretário de Administração e ao Secretário de Meio Ambiente e Vice-Prefeito
008/2013/MPFC/ BARCELOS	Apresentar informações e documentos comprobatórios quanto ao regular pagamento da remuneração dos agentes comunitários de saúde do Programa PACS por esse Município.	Prefeito do Município de Barcelos com cópia ao Secretário de Administração e ao Secretário de Meio Ambiente e Vice-Prefeito

### 3.6) RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS

Foram expedidas e protocolizadas 03 (três) recomendações durante a 5ª edição do projeto “MPF na Comunidade” no município de Barcelos, a saber:

01 – Recomendação ao município de Barcelos para criar regras de fiscalização da pesca esportiva no município, em caráter de urgência, para impedir o trânsito de barcos de turismo às margens das comunidades ribeirinhas e indígenas da região e também restringir o acesso às áreas de uso essencial para essas comunidades, como lagos para pesca de subsistência, retirada de água para consumo e para atividades de rotina.

02 – Recomendação ao DSEI Alto Rio Negro e ao Município de Barcelos referente à adoção de medidas urgentes para o devido atendimento do menor incapaz Kaik da Silva e Silva, quanto ao fornecimento de medicamento (conforme prescrição médica) e agendamento de exame de ressonância magnética, com urgência, por ocasião de informações prestadas pelo pai do menor ao setor de atendimento do Projeto.

03 – Recomendação ao Município de Barcelos referente ao término das obras da escola indígena da Comunidade Canafé e à elaboração de um projeto político-pedagógico para a educação diferenciada no Município, mediante a participação dos povos indígenas da região e das entidades representativas, como ASIBA e FOIRN.





As recomendações foram assinadas pelos quatro Procuradores da República que compuseram a equipe do projeto e entregues em mãos ao secretário municipal de Administração, Hamilton Ugarte e ao assistente administrativo, Aldo Garrido de Macêdo, na manhã do dia 11/12/13, uma vez que o prefeito e o vice-prefeito não estavam na cidade durante os cinco dias de realização do projeto.

### 3.7) DADOS ESTATÍSTICOS

Seguem os principais dados sobre as palestras e os atendimentos:

ENCONTRO DE ABERTURA	
DATA	Nº APROXIMADO DE PESSOAS
09/12/2013	80

PALESTRA TURMINHA DO MPF	
DATA	Nº APROXIMADO DE CRIANÇAS
30 e 31/07/2013	105

BATE-PAPO SOBRE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE EXPLORAÇÃO SEXUAL	
DATA	Nº APROXIMADO DE ADOLESCENTES
30 e 31/07/2013	60

### ATENDIMENTOS

DATA	Nº DE PESSOAS ATENDIDAS
08/12/2013	06
09/12/2013	32
10/12/2013	47
11/12/2013	67
<b>TOTAL</b>	<b>152</b>

### TERMOS DE DECLARAÇÕES

DATA	Nº DE TERMOS
08/12/2013	06
09/12/2013	13
10/12/2013	14
11/12/2013	11
<b>TOTAL</b>	<b>44</b>

### OFÍCIOS DE ENCAMINHAMENTO EXPEDIDOS

DATA	Nº DE OFÍCIOS
09/12/2013	01
10/12/2013	05
11/12/2013	04
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>

### ORIENTAÇÕES VERBAIS

DATA	Nº DE ORIENTAÇÕES
09/12/2013	18
10/12/2013	28
11/12/2013	52
TOTAL	98

### EXPEDIENTES PROTOCOLIZADOS <sup>13</sup>

PERÍODO	Nº DE EXPEDIENTES
09 A 12/12/2013	10

### RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS

PERÍODO	Nº DE EXPEDIENTES
08 A 12/12/2013	03

### MATÉRIAS VEICULADAS

PERÍODO	Nº DE MATÉRIAS
08/12 A 12/12/2013	11

<sup>13</sup> Excluídos os Termos de Declarações

### 3.8) DOS RELATÓRIOS PRODUZIDOS

Em decorrência das atividades desenvolvidas, foram produzidos os relatórios abaixo informados, os quais seguem anexos, pelos Procuradores da República que participaram da 5ª Edição do Projeto “MPF nas Comunidades Amazônicas”:

RELATÓRIOS PRODUZIDOS	
01	Relatório de inspeção das condições do serviço público de saúde em Barcelos/AM;
02	Relatório de Inspeção ao estabelecimento prisional de Barcelos/AM;
03	Memória de reunião da visita à Comunidade Romão;
04	Memória de reunião com lideranças indígenas na sede da ASIBA;
05	Memória de reunião com lideranças indígenas Yanomami na sede da ASIBA;
06	Relatório de Inspeção no Aeroporto e no lixão de Barcelos/AM;
07	Memória de reunião na Prefeitura de Barcelos/AM;
08	Memória da reunião sobre educação indígena na sede da ASIBA
09	Relatório de mídia MPF na Comunidade em Barcelos;
10	Relatório de controles de atendimento e listas de presença
11	Ofícios expedidos
12	Recomendações expedidas

#### 4 SUGESTÕES DE APERFEIÇOAMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Das experiências auferidas pela equipe responsável pela execução da 5ª Edição do Projeto “MPF nas Comunidades Amazônicas”, seguem abaixo algumas sugestões que servem ao aprimoramento das atividades a serem desenvolvidas nas próximas edições:

→ **Necessidade de visitação prévia ao município onde se realizará a edição do projeto:**

A 5ª edição demonstrou a necessidade de visitação prévia, pois através dela pode-se fazer um bom trabalho de divulgação do projeto no município, através da colagem de cartazes com antecedência, entrevistas na rádio da cidade, utilização de radiofonia para convidar as comunidades rurais, divulgação nas missas e cultos das principais cidades.

Pode-se, ainda, agendar reuniões, providenciar aluguel de carro e de lancha para diligências na zona rural, verificar hotel e locais para fazer as refeições.

→ **Necessidade de possuir suprimentos de fundos para abastecimento da frota utilizada na edição e outras finalidades**

Apesar de cada edição do projeto possuir suas peculiaridades de deslocamento, observou-se a necessidade de possuir veículos à disposição para a realização de diligências e inspeções, bem como a de se deslocar às áreas rurais dos municípios por meio de voadeiras. Observou-se, ainda, que em cada edição os Procuradores da República custeiam aluguel de carros, voadeiras, bem como combustível para todo deslocamento efetuado.

A cada edição do projeto faz-se necessária a confecção de cartazes, camisas e panfletos. Para a edição de Lábrea e Barcelos, o material foi produzido com recursos oriundos de apoio institucional da ANPR e de apoio particular dos próprios membros.

Sugere-se que o suprimento de fundos a ser utilizado nas edições do “MPF na Comunidade” seja solicitado com antecedência e possa ser utilizado nas situações de compra

de combustível para abastecer voadeiras, no custeio de balsas quando necessário e para a confecção de material de divulgação.

→ **Necessidade de confecção de mais uma faixa do projeto:**

A medida auxiliará quando dois Procuradores da República estiverem participando de atividades diferentes ao mesmo tempo, implicando a melhor propagação do projeto e no fortalecimento da imagem do MPF.

→ **Necessidade de aquisição de equipamentos para as futuras edições**

Tal medida tem como objetivo estruturar o projeto e registrar fatos, fotos e reuniões para compor a memória audiovisual do “MPF na Comunidade”, tendo em vista que hoje são utilizados equipamentos de alguns departamentos da PR/AM, como por exemplo: notebooks da Coordenação de Informática, impressora da ASSPA, gravador da ASCOM, máquina fotográfica da ASCOM ou da ASSPA, porta *banner* da ASCOM, etc.

Faz-se necessária a compra imediata de impressora portátil, gravador, máquina fotográfica, filmadora, tripé, extensão elétrica para ligar os equipamentos, adaptadores de tomada e porta-*banner*.

→ **Necessidade de confecção de cartões de visita para o Projeto**

Tal medida faz-se necessária tendo em vista o número de reuniões realizadas onde são trocados números de telefones e endereço de *e-mail*. A coordenação do projeto mostra-se como uma referência no Município e uma porta de entrada para a instituição, devendo ser o primeiro contato quando a sociedade local buscar o apoio do MPF.

→ **Retificar o número de telefone e endereço do sítio para denúncias no fôlder**

Tal retificação faz-se necessária tendo em vista que o número do telefone da PR/AM e o endereço do sítio para registrar uma denúncia se encontram incorretos.

→ **Rede doméstica para os notebooks usados nas edições**

Verificou-se que a falta de computadores ligados em rede dificultou o trabalho da equipe responsável pelo atendimento ao cidadão na presente edição. Geralmente os dois servidores responsáveis pelo atendimento ao cidadão utilizam uma única impressora e *pendrives* para compartilhar e imprimir documentos. A rede doméstica resolveria a perda de tempo demandada para imprimir, compartilhar e organizar documentos expedidos em cada edição.

→ **Formulário para mensurar o canal de comunicação mais efetivo para divulgação**

Criar um formulário para mensurar como o cidadão ficou informado de que o projeto estaria no município e que faria atendimento ao cidadão.

→ **Formulário para mensurar o canal de comunicação mais efetivo para divulgação**

Criar um formulário para mensurar no atendimento ao cidadão como a população ficou informada de que o projeto estaria no município e de que haveria atendimento ao cidadão.

→ **Melhor interação dos Procuradores da República com o atendimento**

Tal medida visa ajudar a diminuir o tempo no atendimento ao cidadão, gerar maior satisfação na população e maior interação dos Procuradores da República com os cidadãos, fortalecendo desta forma, a imagem do MPF.

→ **Triagem no atendimento ao cidadão**

Verificou-se, nesta edição, que a quantidade de dois servidores fazendo atendimento ao cidadão foi insuficiente. Faz-se necessário que haja um terceiro servidor fazendo triagem, de forma que os outros dois possam demandar mais tempo e atenção nas atenuações. Este servidor ficará responsável também por fazer os ofícios de encaminhamento a outros órgãos e prestar orientações verbais.

→ **Confecção de formulário para o atendimento ao cidadão**

Faz-se necessário a confecção de um formulário apropriado para dar celeridade ao atendimento ao cidadão, no qual se preencham os dados da pessoa atendida e se marque, por exemplo, o estado civil, profissão etc.





## 5 CONCLUSÃO

Considerando as questões abordadas acima, chega-se às seguintes conclusões:

a) Após um ano da realização da 1ª edição do projeto, em São Gabriel da Cachoeira, constata-se que o projeto se consolidou, tendo envolvido a comunidade interna na sua concretização;

b) Além disso, a sociedade civil tem visto no “MPF na Comunidade” uma oportunidade de diálogo franco e horizontal, por meio do qual expõe suas dificuldades e criam vínculos com a instituição;

c) Existe o desafio de manter esse contato de forma permanente, de maneira a garantir respostas céleres aos conflitos surgidos, sob pena de a visita do “MPF na Comunidade” se caracterizar como um fato isolado que só traz expectativa e frustração às sociedades locais;

d) Por essa razão, as visitas de retorno são fundamentais para a manutenção dos vínculos, a apresentação de respostas e a oitiva quanto a críticas sobre o papel da instituição. Já foram realizadas duas visitas de retorno, em Humaitá e em São Gabriel da Cachoeira.

Posto isso, entende-se que o presente relato demonstra a importância do Projeto “MPF nas Comunidades Amazônicas” e da necessidade de se garantir cada vez mais a sua institucionalização, por meio da criação de estrutura própria e do estabelecimento de uma rotina na PR/AM, apoiada pela PGR.

Manaus, 19 de dezembro de 2013.

Julio José Araujo Junior  
**Procurador da República**  
Coordenador do “MPF na Comunidade”

## AGRADECIMENTOS



**PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA IMACULADA CONCEIÇÃO**

**ESCOLA ESTADUAL SÃO FRANCISCO DE SALLES**

